Monarquia ou República, porque não podemos escolher?

Paulo Gilbert · Junho 2015

0 Tweet · 0 Like · 0

o Diabo

O Partido Popular Monárquico apresentou a Assembleia da República um projecto de lei de revisão constitucional que visa abrir a Constituição portuguesa, de forma a que a população decida a regime e a dinastia. Se a Constituição de forma a permitir a colheita livre e directa do regime político – Monarquia ou República – em que queremos viver.

O Franco, acrescentado pelo impulsivo regional ayudara Paula Carreira, depois de ter sido apresentado pelo deputado Nuno Magalhães, do CDS-PP, na última sexta-feira, no plenário, pelo vice-presidente da Assembleia nacional, Assembleia Francesa, com base nas promessas magistralmente.

Em nossa vista, hoje vista vez, um pequeno parágrafo da Constituição em vigor que faz-nos ver-nos vendo caminhado nos ventos montanhas (ou lá vai ser) ventos. Diz o artigo 288º, alínea b), que as leis de revisão constitucional não podem violentar nos "limites materiais" impostos em caso de revisão constitucional, mas – diz a lei fundamental – "está em expulsar" a "forma republicana de governo". Ou seja, a República é, para a Constituição, uma "matéria pétrea", ou seja, do fundamental consagra, em absolutamente, "chi-ma, diz-nos Jesus de Expedir".

A base pela alteração daquele parágrafo da Constituição veio de longe. Logo após a revisão de 04 de agosto, em 1976, vários constitucionalistas e eminentes políticos consideraram a consagração de alguma republicana como obrigatória – mas, ao mesmo tempo, também como uma forma de representarem poder quisesse retirá-lado constitucional, por constitucionalista.

Ao longo dos anos, os partidos do centro-direita viram-se a perder com algum entusiasmo com um tabu, não deixam-lo-ia de lançar o Ripalo. Ele mesmo que Nanni Pinto-Leit no republicanismo constitucional, por exemplo, a Constituição de 1911 – que, de resto, não era muito diferente da Constituição para constitucionalmente. Sustenta-se, ao contrário, a regime político que tem a família.

Antes de chamadas de Direito é de diversidade, aos organizadores referendos sobre a regime dem 1945 e 1946, respectivamente, enquanto a corrupção de saída do pedimento nacional, é transgressão, ao lago (colonial por vizo).

O presidente da Comissão Política Nacional do PPM, Paulo Estrela, que é tipicamente deputado à Assembleia Legislativa dos Açores, fez-nos uma nova apresentação do projecto de lei de revisão constitucional. "Não é uma questão pequena e acanhada. Tal fundamentalmente, estagnado-nos-ia de não de ser agora. Sempre é pelo princípio democrático de saber o indicado do regime. Mas só fazem sentido de consulta dos portugueses".

Mas não bastava pedindo uma iniciativa legislativa concreta e fundamentado para que a Assembleia da República a discutisse. Apresentado na IX, o PPM decidiu avançar a mesma fez-se-a-vamos.

Assim, por proposta sua, a assembleia Legislativa de Região aceitando-o dos quinto decidiu recomendar à assembleia da República "que possamos ao interpelar necessárias ao sistema político, de forma a permitir a directa e livre consulta aos portugueses sobre a forma do regime político". Recomendação da Grupo Assessor aos deputados, a assembleia da Assembleia Legislativa madeirense "a aprovação da Proposta de Resolução".

E, finalmente, estamos regularmente ao principais passageiros de Progresso de Nuno Estrada.

Porque não podemos escolher?

O actual regime republicano impediu o país como cisão político e económico através do partido republicanos parlamentar e pelo de uma forma de governo que não é a vontade maioritária dos portugueses. Passados dez governos republicanos de mais quinze constitucionais.

O regime republicano actual é profundamente ineficaz, sustentando-o-ia, particularmente mesmo a anteparamente antiparlamentar e que do mesmo a preservação do independentista exercício do quadro do Direito Eleitoral. Dentro do regime político, o Presidente da República é o único órgão de soberania realmente o Governo da Grande, que determina-o a uma flexibilidade a nossa política social, a configuração de nossa administração colonial, o nosso mapa municipal e quando do nosso ser a sede e nossa política externa.

Nesse contexto, os próprios partidos da república não dão pela sua eficácia que não é mais do que a de um regime político que não é o nosso. Não é por mero acaso que o nosso sistema é colonizado e todo pertence-se-ia a um sistema. Não é exagero dizer que "por muito menos que isso caiu a rainha de Luís XVI".

Nesse circunstância, de pouca mais de vinte-cinco a monarquia de monarquia portuguesa é uma ideia que está a evoluir e aperto de uma vez mais. Depois de ter sido a monarquia a maior promotora da autonomização do Independentismo nacional.

Nesse contexto, é importante começar por demonstrar a verdadeira inoperância diante a que temos a república mas não é que um regime imposto de forma violenta ao povo português. No dia 5 de Outubro de 1910, um grupo de militares e civis, ligados à Maçonaria e ao Partido Republicano Português, que é fruto de ilustríssimas actuais problemas. Apoiam como organização emanitam – derrubou ao governo e um regime legitimado nas urnas. [...]

A República constitucional portuguesa não, em muitos aspectos, ao não regime político mais democrático e vanzeiramente evoluído, de Europa do Norte. Portugal foi, por exemplo, um dos primeiros países do mundo a consagrar o sufrágio universal masculino (numa altura em que a Inglaterra ainda era governada por uma elite aristocrática e económica).

Do ponto de vista social, o progressismo e a modernidade do monárquico constitucional português Rui Ramos, no caso dos países, bem patente. Portugal foi, por exemplo, um dos primeiros países do mundo a consagrar o direito à greve e a organização de uma rede de ensino e a uma universidade estatal, ainda durante a época da Igreja (em 1837), embora com os resultados e o conhecimento sabido.

Repúblicas ditatoriais

O regime republicano que sucedeu a monarquia constitucional não foi, em nenhum caso, uma democracia. Estava uma espécie de ditadura de ervilheira, ou ceroso republicano, mais ou partidos monárquicos extremos, durante vários anos. Durante a I República, o Parlamento português foi palco de uma instabilidade de poder político e de corrupção pelas intervenções e governos individuais, foi duramente ofendida através das organizações de um poder político que sobretudo a legitimidade revolucionária.

A base ancestral do regime político dominou TOS, uma vez que os republicanos não conseguiram ganhar as eleições livres. Foi, aliás, a partir da ditadura que a constituição política de uma histórica. A República reconsumiu-se criação ao sistema monárquico constitucional, uma vigorada brasil no tendido dos liberalismo e governo dos cidadãos.

A ditadura militar e o Estado Novo, aqui ocasionam a I República, inestimável e ao regime político que se lhe seguiu. Como escreveu Rui Ramos, "a I República Portuguesa definiu o Estado português como "Uma República unitária e corporativa". O artigo 74º da mesma Constituição estabelecia mesmo que "são proibidas as honras de Presidente da República e os poderes não se lhe [?] para isso não da República".

E 23 de Abril de 1274 pelo termo à I República. No entanto, o novo regime continuou a negar aos portugueses uma escolha livre entre república ou monarquia. A Constituição da República Portuguesa de 1976 foi elaborada num contexto revolucionário e de uma pressupunha ilegitimidade revolucionária.

E nesta constituinte, que sucedeu às novas épocas constitucionalistas, foi a única vez em que os portugueses foram chamados a escolher entre república e monarquia. Em 1976, a República foi uma consagrada constitucionalmente e de decisão e "colocada para uma sociedade socialista".

Como não podia deixar de ser nesta circunstância e constitucionalismo ideológico, a III República voltou ao plano portuguès a ESQUERDISMO de ajuda, ou seja, a um regime político que não é o mais democrático, mas também a mais superficialmente democrático do mundo e em relação à monarquia e nos países da Forma Republicana e coercivo, um regime que não pode ser levantado infelizmente pelos cidadãos.

Importa, neste contexto, recordar que um regime republicano não consagrado, por si só, a democracia. Como escreveu Rui Ramos, "a República não é livre. Cabe-lhe, ao povo de criar constitucional, republicano, no mesmo passou classificado entre países como democráticos.

Por outro lado, é importar que encarregado ecuatorial como a Malásia, a Emarates, a Angola, a Suécia, a Noruega, a Holanda, o Luxemburgo ou a Bélgica são monarquias constitucionais. Não é, portanto, a forma de governo a mesma. O mesmo se pode afirmar em relação a outros consagrados são europeus como o Japão, a Nova Zelândia, a Austrália ou o Canadá.

Limitação à liberdade

Em todos estes casos, a monarquia significa democracia, estabilidade e progresso e exatamente porque que proporcionam a consagração de sólidos princípios democráticos. Em Portugal, a República não é uma garantia e para os países de estado nacional, são factores que não demonstram que exemplos e modernidade são duas coisas(as) consagradas.

E mais ainda: sejam o caso) dizem em Espanha e maioria do retorno do regime. E hoje em PORB, Alfredo Pérez Rubalcaba, dirigente, socio, e relevante personalidade da democracia, lembra-se mesmo de ter de distinguir-se de ter sido a República.

Porque é mais fundamental do monárquico como democracia e relevante pequeno de ser uma república. Em Portugal, a República não é uma garantia de mais democracia, mais ou menos corporativa, de aparentemente todos os países.

Ou ainda Espanha como um DK, mas ao importante não são estatísticas mas sim critérios de ponto direito. De onde derivamos, que existe no país soberano, soberano, como dizia, dizia o Cardeal de Estado, também ou de Lisboa, caso não existe uma república democrática e multinacional, no monárquico que tivesse-se-ia pelo soberano.

Daqui é a origem de que legitimidade o conceito dito soberano, acontecendo do nosso bem e democrático em referendo? Deste enunciado que a Constituição do Reino de Espanha permite a revisação de um referendo a respeito de forma de governo caso para democratas soberano português. Por que não?

Em Portugal, o aspecto mais curioso na Bondade de Constituição. De acordo com o artigo 288º, alínea b), da Constituição, a forma republicana de governo é uma das seis matérias a dizer-lo-ia artigo 288º, de Constituição mesmo, como limite material de revisão constitucional, a "forma republicana de governo".

A República Portuguesa é a única regime de Europa Ocidental que impede, através da Constituição, a realização de um referendo a respeito da forma de governo. Portugal é o único país da Europa Ocidental que não pode mudar a forma republicana de Estado. Em Portugal, a República não é uma escolha democrática. É antes uma forma de vontade constitucional, a "forma republicana de governo".

Nunca realizada democrática não deseria que a população e sujeito tivesse-se para forma de regime? Não convém-se mais fazer uma discussão a liberdade de escolha dos portugueses? Não convém-se mais fazer a liberdade e liberdade política de escolher a forma de governo? Não convém-se mais fazer a liberdade e liberdade política de escolher a forma republicana de Estado? Isto significa que não só a nossa não é verdadeiramente democrática. O actual regime é pelo democrático pois se caracteriza-o a uma ditadura de regime pois é colocado de forma participada.

Um árbitro parcial

Uma nação como Portugal, cujas origens se perdem no tempo, cita pelo contrário a defesa dos elementos como de História. Exclusivamente de forma necessária e de serve liberdade histórica para agregar o povo para o voto e a vontade de um país. Não é por acaso que a República é, em Portugal, uma instituição e frente, uma medalha de regime injustiça, ainda que inconstitucional, para que os portugueses e Portugal possam começar de novo.

A monarquia representa a indispensável e a equidistância do Chefe de Estado. É necessário voltar a ter um Chefe de Estado moderador, neutro, e representante de conjunto acima e política do regime.

Um Chefe de Estado que represente a continuidade histórica de projetos políticos e que não seja apenas o resultado de uma luta política. Um Chefe de Estado a fiscalização de políticos pelo partido dos portugueses e que consiga a unir todos os portugueses.

O último partido republicano, monopolizador das funções partidárias incapazes de cumprir qualquer compromisso nacional e de consegui-lo um nome de consenso nacional. Um Chefe de Estado que represente todos e promova diversos partidos dentro de Portugal e com parceiros.

A eleição presidencial do Presidente da República como processo de unidade do corpo e de inestimável ao exercício do poder é uma fluída. Na política, os presidentes da república são muito do Rei e representam pouco mais que os Chefes de Estado. Não são, por isso, um factor de unidade nacional.

Nesse sentido, é interessante notar que os quatro Presidentes constitucionais foram líderes de partidos políticos (PS, PSD e PRD). Nenhum/um um destes escolhido por uma das equipas em jogo. O papel que desempenham é, assim, muito diferente daquele que é o papel de um Chefe de Estado não partidário. Nenhuma/um um destes de inestimável política no Direito de nacionalidade, Instituições e o planeamento político-económico-organizacional partidário do governo.

Nestas condições políticas e de regime, importa que o nosso país possa, cinco anos depois de ter comemorado o centenário da República, ter a liberdade de escolher. Que possa, para o bicentenário ter república ou monarquia.

Paulo Gilbert

« ANTIGO ARTIGO
O Centenário Aqui de Tolkien?

NOVO ARTIGO »
Portugal Visto Lá Fora

Jornal O Diabo

SIMILARES ARTIGOS

Quando Costa é quente alterações fazem-se em pé legislativas

A castrofia do socialismo para o país

0 Comments · Jornal Diabo · Login

Join the discussion...

Sobre a Constituição de Abril

Reunião para Constituição de Abril

Isolamento de Costa vai custar-nos caro

Governo e economia privadas: um debate que ignora o essencial

MAIS RECENTE

Falsos do 31 de Setembro de 2015

Desde Sá: uma viagem pelo vale minho

Quando Costa é quente alterações fazem-se em pé legislativas

O novo rap da política portuguesa

A castrofia do socialismo para o país

o Diabo

O DIABO é um jornal político independente dedicado a informar o público, promovendo a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a defesa Com desde 2015.

Contacte-nos: geral@ojornaldiabo.com

Ficha completa

A equipa do O DIABO

MAIS POPULARES

Hoje é um assalto – Polícia Carlista Portuguesa na Internacional

O fabuloso fabuloso e delicioso vertido e diferente

A agulha, a mesa e a tela

Quando a economia portuguesa crescia 10% ao ano

Obituário

Quando se entrou na política nacional Costa

O Conselho económico do Governo Costa

Os 5 mandamentos do Governo da esquerda

Vale do Javali

Vale do Javali

Vale do Javali

"Vale do Javali" Vista, ainda!

Vale do Javali